

PODER

Festa em meio ao mal-estar

Nas homenagens à Constituição, chefes de Poderes mencionam a necessidade de se respeitar os limites de cada instituição

» EVANDRO ÉBOLI
» ÁNDREA MALCHER
» LUANA PATRIOLINO

Assim como ocorreu no início do ano, em resposta aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, autoridades dos três Poderes se uniram novamente para a Defesa do Estado Democrático de Direito. Desta vez, para celebrar os 35 anos da promulgação da Constituição.

Foi um dia marcado por declarações em defesa da democracia e da estabilidade institucional. Representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário ressaltaram as conquistas sociais obtidas com a Carta Magna. Mas não deixaram de mencionar a necessidade de se obedecer a um princípio constitucional — a relação harmônica e independente entre os Poderes da República. A reverência à Constituição serviu como mensagem para conter os recentes atritos entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

Presidente do Congresso Nacional e anfitrião da sessão solene em homenagem à Constituição, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ressaltou a importância da Carta na definição dos alicerces da República. “A Constituição valorizou e deu contornos nítidos às instituições brasileiras, disciplinando o exercício do poder. Incrementou as competências federativas, valorizando a autonomia de estados e municípios. (...) Definiu e fortaleceu o papel das Forças Armadas, não como árbitro político, mas sim como braço relevante na defesa do Estado Democrático de Direito”, disse.

Roque de Sá/Agência Senado



No plenário da Câmara, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e outras autoridades celebram os 35 anos da Constituição de 1988: desafios

O presidente do Senado destacou ainda a relação direta entre a Lei Maior e a nação. “Mais que um texto normativo, a Constituição é uma carta de promessas endereçadas à população brasileira. Podemos dizer que a sociedade vence a cada dia desses 35 anos de nossa Constituição, que é vivida e reafirmada como uma norma jurídica fundamental de uma democracia sólida e amadurecida”, acrescentou.

“Ela é correta”

Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se recupera de uma cirurgia, o vice-presidente Geraldo Alckmin

comentou os desafios impostos pela Constituição aos ocupantes do poder público. “Ela não é ambiciosa, é correta. Não é excessiva, é justa. Ela não promete demais; nós é que fizemos de menos até agora. E estamos ainda muito em débito com o futuro que ela previu”, disse o vice-presidente.

O presidente Lula estava ausente na sessão. Mas se manifestou em uma rede social. “Costumo dizer que a revolução que precisamos fazer é cumprir a Constituição Brasileira. (...) A Constituição garante ao nosso povo o direito de comer, estudar, morar, trabalhar e ter acesso a cultura, educação e saúde. Cabe aos governantes

trabalharmos para proteger e garantir a Constituição à qual juramos fidelidade. Viva a Constituição de 1988!”, escreveu.

Ao subir à tribuna, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, que coordenou as eleições sob ataques dos bolsonaristas no ano passado, associou a Constituição ao combate à ditadura e ao autoritarismo.

“Se nesses 35 anos evoluímos muito, nós ainda temos muitos desafios. Nós temos o desafio diário de manter a democracia. Nós temos o desafio diário de afastar o que eu chamo de cupins da democracia, dos arautos do autoritarismo, dos arautos

do populismo, dos arautos da ditadura”, afirmou Moraes, no plenário da Câmara, onde ocorreu a cerimônia.

Ao lado de Moraes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender a independência entre os Poderes. “Os Poderes devem ser freios e contrapesos. Um Poder não pode ser a bigorna e outro o martelo dos outros. Como servo fiel da Carta Magna, cada Poder, cada autoridade, cada servidor público deve agarrar-se com vigor às suas competências, jamais as recusando, jamais avançando sobre as competências alheias”, disse. Foi a segunda indireta de Lira ao Supremo em dois dias.

“Parceiros”, diz Barroso

Ao comentar os 35 anos da Constituição Federal, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que os Três Poderes devem ser “parceiros institucionais”.

Barroso observou que, graças à Carta Magna, “o Executivo voltou ao tamanho normal; o Legislativo retomou espaço decisivo na democracia; e o Judiciário viveu momento importante de ascensão institucional”. E completou: “Não existem Poderes hegemônicos, somos todos parceiros institucionais pelo bem do Brasil.”

O magistrado destacou como uma das conquistas da Lei Maior a “estabilidade institucional”. Citou outras duas medidas fundamentais para o Brasil — a estabilidade monetária e o combate à extrema pobreza — e rendeu homenagem ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e ao atual chefe do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, por esses avanços.

À tarde, no Supremo Tribunal Federal, Barroso destacou que é preciso refletir sobre o que ainda precisa ser feito. “Este é o momento de celebrarmos 35 anos e muitas conquistas. E também momento de olhar para a frente e diagnosticarmos o muito que temos que fazer para construirmos um país melhor e maior”, disse.

Barroso citou avanços em pautas ligadas às minorias e aos povos originários. Mas ressaltou que o país vive “grandes problemas”, como a fome. (LP)

cb.dooh
MÍDIA DIGITAL

SUA MARCA EM DESTAQUE,
ALCANÇANDO RESULTADOS REAIS!

+12 MILHÕES
DE IMPACTOS MENSAIS

ACADEMIAS | POLOS GASTRONÔMICOS
PAINÉIS DE LED | CENTROS EMPRESARIAIS
SUPERMERCADOS | SHOPPINGS
CENTROS EDUCACIONAIS

cb.dooh

(61) 3214-1339

#IMPACTO
EM BRASÍLIA